

# TRT-RJ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

500 questões gabaritadas  
Conhecimentos Gerais-  
Analista e Técnico



CÓD: SL-000JN-25  
7908433271031

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico .....	59
3. Noções de Legislação .....	77
4. Noções de Direitos Humanos.....	91
5. Noções de Informática (Exceto para Tecnologia da Informação).....	117
6. Noções de Direito Administrativo (Apenas para Tecnologia da Informação).....	137

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. FCC - 2024

### Poema arcaico II

Não faço versos porque quero  
mas porque o tempo dos relógios me confunde  
e a Insânia dos ventos me atormenta

Não sei de onde vêm  
os versos que faço  
chegados na chuva  
trazidos no vento

Eles me caçam  
me acham versos  
vadios versos gastos  
passados de mão em mão  
nos tempos de todos os tempos  
nas cores de canções  
nas rodas de verões  
versos já ditos escritos repisados  
por multidão de tresloucados  
poetas em suas horas incautas  
versos antigos, arcaicos  
perdidos na contramão das estradas  
versos mortos que renascem  
nas minhas mãos.

(CÉSAR, Ana Maria. Disponível em: <http://domingocompoesia.com.br>)

Considerando o sentido do prefixo “re-”, apresenta a mesma estrutura de repisados a seguinte palavra:

- (A) ressuscitar.
- (B) regredir.
- (C) redobrar.
- (D) receio.
- (E) recreio.

## 2. FCC - 2023

Para responder a questão, leia o texto abaixo.

- Em que circunstâncias alguém se exalta e defende com ardor uma opinião? “Ninguém sustenta fervorosamente que  $7 \times 8 = 56$ , pois se pode mostrar que isto é o caso”, observa Bertrand Russell. O ânimo persuasivo só recrudescer e lança mão das artes e artimanhas da retórica quando se trata de incutir opiniões que são duvidosas ou demonstravelmente falsas. - O mesmo vale para o ato de prometer alguma coisa. O simples fato de que uma promessa precisou ser feita indica a existência de dúvida quanto à sua concretização. Só prometemos acerca do que exige um esforço extra da vontade. E quanto mais solene ou enfática a promessa - “Te juro. agora é pra valer!” - mais duvidosa ela é: “O proclamar excessivo”, como dizem os ingleses. “Só os deuses podem prometer, porque são imortais”, adverte o poeta.

(GIANNETTI, Eduardo, “O paradoxo da promessa”, *Trópicos Utopicos*. 2016, edição eletrônica, Adaptado)

A derivação imprópria é um processo em que uma palavra muda de classe gramatical sem mudar de forma. Observa-se a ocorrência de derivação imprópria no seguinte segmento:

- (A) Só os deuses podem prometer
- (B) alguém se exalta
- (C) sustenta fervorosamente
- (D) O proclamar excessivo
- (E) demonstravelmente falsas

## 3. FCC - 2023

**Atenção:** Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

### [Cidades devastadas]

*Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.*

*Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram me vivo na cidade morta.*

*Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.*

*Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e al repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!*

*(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. Os sabiás da crônica. Antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210)*

Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:

- (A) Quem se propor a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
- (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
- (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?
- (D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.
- (E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se manteram vivos.

#### 4. FCC - 2022

Para responder a questão, considere o trecho da crônica “O VIP sem querer”, de Carlos Drummond de Andrade.

João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. A encomenda apareceu na hora, entregue por um senho que foi logo dizendo:

– O doutor não precisa se incomodar. Eu providencio o despacho e tudo mais.

O avião estava atrasado duas horas, o que não é muito, em comparação com outros atrasos por aí, inclusive o da chegada do estado de direito. O senhor da encomenda procurou amenizar a espera:

– O doutor não vai ficar duas horas sentado numa dessas cadeiras aí, vendo os minutos se arrastarem. Espere um momento, que eu dou um jeitinho. Saiu para confabular mais adiante e voltou com a boa nova:

– Por obséquio, me acompanhe até a sala VIP.

– Não é preciso – objetou o meu amigo. – Posso esperar perfeitamente aqui mesmo.

– Não senhor. Estará melhor lá em cima.

– Acontece que estou aqui com um amigo.

– Ele também vai com o doutor.

Não havia remédio senão subir à sala VIP. Seu amigo, encabulado, e João Brandão mais ainda. Seria indelicado insistir na recusa. E depois, por que não ir àquela sala? Subiram pelas escadas rolantes, precedidos de um abridor de caminhos, que com o indicador ia pedindo passagem para os dois ilustres desconhecidos.

Na sala VIP, enorme e vazia, pois há uma hora na vida em que até os VIP escasseiam, João Brandão e seu amigo foram convidados por um garçom solícito a beber qualquer coisa, a ler revistas, a pedir o que lhes aprouvesse.

– Obrigado – respondeu o amigo. – Não desejamos nada. Ou você, João, deseja alguma coisa?

– Também não. Obrigado. O garçom insistia:

– Nem um cafezinho, doutor?

Vá lá, um cafezinho. Sorvendo-o a lentos goles, pareciam sorver o espanto de serem promovidos a VIP.

– Veja como são as coisas, João. Nós aqui na maquiota, em poltronas deleitáveis, contemplando quadros abstratos, e lá embaixo o povo concreto fazendo fila para conferi as passagens ou esperando em cadeiras padronizadas a hora do embarque.

– É mesmo, sô.

– Entretanto eles pagaram imposto como nós, custearam como nós a construção deste edifício, têm direitos iguais ao nosso de desfrutar as comodidades deste salão mas na hora de desfrutá-las só nós dois é que somos convocados.

– Nem me fale. Estou ficando com remorso.

– Vivemos numa república, João. Você acha isso republicano?

– Eu? Eu acho que estou aqui de intrometido. Você ainda passa, porque está levando alguma coisa a alguém, e por isso lhe conferiram honras de VIP. Mas eu sou apenas acompanhante de um VIP, e acompanhante por cento e vinte minutos. E agora que você me disse essas coisas, não aguento mais, vou-me embora já. Desculpe.

– Que é isso, João, estava brincando. Pensando bem, o povão foi homenageado em nossas humildes pessoas. E, como diz o Milton Carneiro na televisão, a vida é curta, e isto é muito bom!

João Brandão quis assimilar o sentimento do amigo, se é que este sentia realmente a doçura da situação, mas quando a gente é promovida a VIP e não tem estrutura de VIP (é uma coisa que nasce com o indivíduo, ou não nasce, e jamais lhe será consubstancial)... A verdade é que os dois continuaram ali sem a menor convicção de serem VIP.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. Boca de luar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014)

João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. (1º parágrafo)

No trecho acima, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) “levasse”
- (B) “foi”
- (C) “viajava”
- (D) “acontecem”
- (E) “pedira”

### 5. FCC - 2022

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

#### Lembrança de Orides

A conhecida quadrinha abaixo, de uma cantiga de roda que alguns de nós já teremos cantado nas ruas da infância, é tomada como epígrafe do livro *Helianto* (1973), de Orides Fontela:

“Menina, minha menina  
Faz favor de entrar na roda  
Cante um verso bem bonito  
Diga adeus e vá-se embora”

Contextualizada no livro e na densa poesia de Orides, a quadrinha se redimensiona: fala de nosso efêmera ocupação do centro da vida, da necessidade de ali entoarmos nosso canto antes de partirmos para sempre. A quadrinha, cantada por Orides, ganha um halo trágico e duramente belo, soma a voz pessoal e o destino de todos.

Trata-se, enfim, de pontuar nossa passagem pela vida com algum verso bem bonito antes da despedida derradeira. Trata-se, em outras palavras, de justificar o tempo que temos para viver construindo alguma coisa que sirva a alguém.

A menina Orides soube fazer cantar sua entrada na roda da vida em tom ao mesmo tempo alto e meditativo, e o deixou vibrando para nós. Será essa, talvez, a contribuição maior dos poetas: elevar nossa vida à altura que nos fazem chegar suas palavras – mesmo que seja a altura singela de uma cantiga de roda, que Orides registrou, aliás, no modo de seu fatalismo íntimo.

(Deolindo Setúbal, a publicar)

Considera-se a mesma pessoa verbal nas flexões dos verbos **fazer**, **cantar** e **dizer** em:

- (A) faz – cante – diga
- (B) faça – cantes – digas
- (C) fiz – cantai – digam
- (D) fiz – cante – diga
- (E) faz – canta – diz

### 6. FCC - 2022

Atenção: Leia o trecho da crônica “Retrato de velho”, de Carlos Drummond de Andrade, para responder à questão.

[1] Aos 85 anos, goza de saúde brônzea e quer trabalhar, mas trabalho que dê dinheiro, não essa milonga de mover os braços por desfastio. Deseja manter-se independente, estão ouvindo? O diabo é que não arranja serviço, e tem de viver em casa dos filhos – três, em três lugares distintos. No sítio de Mangaratiba, o genro entra em pânico à sua chegada: o velho está sempre bulindo nas plantas, dando ordens, contrariando instruções do dono.

A filha de Niterói, ciente das complicações, adverte-o:

– Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado? O sítio lá tem cinco alqueires, pois então escolha o mais distante e faça a sua horta nele.

– Planto onde eu quiser. Não faltava mais nada! Um homem como eu, já idoso...

[5] E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.

– Arranjo uma tesoura grande e saio por aí caçando serviço. Estou novo ainda, sabe? E a prefeitura está carecendo de gente disposta.

Não arranja nada, e a prefeitura não lhe sente a falta. Vai para Vitória, em casa do terceiro filho, e pensa em adquirir um reboleto para amolar facas, com que atenda às necessidades do bairro. Ponderam-lhe:

– Eu, se fosse o senhor, fazia um orquidário. É tão lindo, distrai tanto. E depois, há espécies fabulosas, que rendem um colosso.

– É? Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum. Ora-e-essa!

[10] Tem horror a criança. Solenemente, faz queixa do bisneto, que lhe sumiu com a palha de cigarro, para vingar-se de seus ralhos intempestivos. Menino é bicho ruim, comenta. Ao chegar a avô, era terno e até meloso, mas a idade o torna coriáceo.

No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas. Alguém as recolhe à cesta, para lavar. Ele suspeita que pretendem subtraí-las, vai à cesta, vasculha, retira o que é seu, lava-o, passa-o. Mal, naturalmente.

– Da próxima vez que ele vier, diz a nora, terei de fechar o registro para evitar que desperdice água.

Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas. Onde se viu? Isso aqui é o paraíso das criadas. A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira. Ele se levanta mais cedo ainda, e vai acordar a dona da casa:

– Acorda, sua mandriona, o dia já clareou!

[15] As empregadas reagem contra a tirania, despedem-se. E sem empregadas, sua presença ainda é mais terrível.

As netas adolescentes recebem amigos. Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito e teve de deitar-se na cama de uma das garotas. Indignação: Que pouca vergonha é essa? Esse bandalho aí, conspurcando o leito de uma virgem? Ou quem sabe se nem é mais virgem?

– Vovô, o senhor é um monstro!

E é um custo impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa.

– A senhora deixa suas filhas irem ao baile sozinhas com rapazes? Diga, a senhora deixa?

[20] – Não vão sozinhas, vão com os rapazes.

– Pior ainda! Muito pior! A obrigação dos pais é acompanhar as filhas a tudo quanto é festa.

– Papai, a gente nem pode entrar lá com as meninas. É coisa de brotos

– É, não é? Pois me dá depressa o chapéu para eu ir lá dizer poucas e boas!

Não se sabe o que fazer dele. Que fim se pode dar a velhos implicantes? O jeito é guardá-lo por três meses e deixá-lo ir para outra casa, brigado. Mais três meses, e nova mudança nas mesmas condições. O velho é duro:

[25] – Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! – queixa-se ao sair. Mas volta.

– Descobri que paciência é uma forma de amor – diz-me uma das filhas, sorrindo.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

O pronome sublinhado tem valor possessivo em:

(A) *a prefeitura não lhe sente a falta.*

(B) *Ponderam-lhe:*

(C) *Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas.*

(D) *diz-me uma das filhas, sorrindo.*

(E) *Vocês me deixam esbodegado.*

## 7. FCC - 2022

Considere o texto abaixo, do pensador francês Voltaire (1694-1778), para responder à questão.

### O preço da justiça

Vós, que trabalhais na reforma das leis, pensai, assim como grande jurisconsulto Beccaria, se é racional que, para ensinar os homens a detestar o homicídio, os magistrados sejam homicidas e matem um homem em grande aparato.

Vede se é necessário matá-lo quando é possível puni-lo de outra maneira, e se cabe empregar um de vossos compatriotas para massacrar habilmente outro compatriota. [...] Em qualquer circunstância, condenai o criminoso a viver para ser útil: que ele trabalhe continuamente para seu país, porque ele prejudicou o seu país. É preciso reparar o prejuízo; a morte não repara nada.

Talvez alguém vos diga: “O senhor Beccaria está enganado: a preferência que ele dá a trabalhos penosos e úteis, que durem toda a vida, baseia-se apenas na opinião de que essa longa e ignominiosa pena é mais terrível que a morte, pois esta só é sentida por um momento”.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## 1. FCC - 2024

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

i	peso (kg)	fi
1	40 – 44	11
2	44 – 48	5
3	48 – 52	3
4	52 – 56	8
5	56 – 60	12
6	60 – 64	1
7	64 – 68	9
8	68 – 72	6
9	72 – 76	10
10	76 – 80	7
	$\Sigma$	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

- (A) 58 kg.
- (B) 64 kg.
- (C) 56,4 kg.
- (D) 60,6 kg.
- (E) 70 kg.

## 2. FCC - 2022

Os empregados de uma determinada empresa recebem salários cujo desvio-padrão é R\$ 200,00. O Departamento financeiro anuncia uma alteração na política salarial, concedendo um reajuste de 5% nos salários de todos. O valor do desvio-padrão dos salários reajustados, em reais, é

- (A) 210,00
- (B) 200,00
- (C) 205,00
- (D) 100,00
- (E) 105,00

## 3. FCC - 2024

Seja uma população formada pelos salários dos 200 funcionários de uma empresa em salários mínimos (SM). Se a média aritmética destes salários é igual a 5 SM e a soma dos quadrados de todos os salários é igual a  $5.072 (SM)^2$ , então o coeficiente de variação dos salários, definido como o resultado da divisão do desvio padrão pela respectiva média aritmética, é igual a

- (A) 3,6%
- (B) 12,0%
- (C) 7,2%
- (D) 10,0%
- (E) 6,0%

## 4. FCC - 2022

Em duas empresas E1 e E2 de uma cidade é realizado um censo, sendo que E1 tem 20 funcionários e E2 tem 30 funcionários. A soma dos quadrados dos salários da empresa E1 é igual a  $520 (R\$ 1.000,00)^2$  com um coeficiente de variação igual a 20%. A soma dos quadrados dos salários da empresa E2 é igual a  $484,8 (R\$ 1.000,00)^2$ .

Se a média dos salários de E1 supera a média dos salários de E2 em R\$ 1.000,00, então, o coeficiente de variação de E2 é de

- (A) 25%
- (B) 20%
- (C) 40%
- (D) 30%
- (E) 10%

## 5. FCC - 2022

Uma população  $P_1$  é formada pelos 100 salários dos empregados em uma empresa que apresenta uma média igual a 5 salários mínimos (SM) com um coeficiente de variação igual a 20%. Decide-se retirar de  $P_1$  uma quantidade de  $n$  salários iguais, cada um, a 5 salários mínimos formando uma nova população  $P_2$  com os  $(100 - n)$  elementos restantes.

Se a variância de  $P_2$  é igual a  $1,25 (SM)^2$ , então,  $n$  é igual a

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 12
- (E) 18

#### 6. FCC - 2022

Em uma empresa com 250 empregados, verifica-se que 60% são homens e 40% são mulheres. A média dos salários dos homens, em salários mínimos (SM), é igual à média dos salários das mulheres. O coeficiente de variação dos salários dos homens é igual a 4% e as somas dos quadrados dos salários, em  $(SM)^2$ , dos homens e das mulheres são iguais a 3.756,00 e 2.502,25, respectivamente. O desvio padrão dos salários das mulheres, em SM, é igual a:

- (A) 0,15
- (B) 0,25
- (C) 0,20
- (D) 0,16
- (E) 0,40

#### 7. FCC - 2024

A Tabela a seguir demonstra uma série de dados não agrupados que representam o total de faltas no trabalho, por mês, com atestado médico:

Faltas no trabalho por mês em 2023											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
10	10	2	3	4	8	5	2	4	1	1	10

Sendo assim, a Frequência Relativa de 10 faltas é de:

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 10%.
- (D) 30%.
- (E) 12%.

#### 8. FCC - 2024

Uma fábrica de automóveis de luxo produziu 22 carros em 3 semanas. A cada semana foram fabricados mais automóveis do que na semana anterior, e na terceira semana foram fabricados menos automóveis do que haviam sido fabricados, ao todo, nas duas primeiras semanas. Nessas condições, o número máximo de automóveis que podem ter sido fabricados na segunda semana é:

- (A) 7.
- (B) 11.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 10.



**16. FCC - 2023**

Uma lista com seis números naturais foi colocada no quadro a seguir, mas alguns números foram apagados. Sabe-se que O produto dos primeiros três números é 30, o produto do segundo, do terceiro e do quarto número é 90 e o produto dos três últimos números é 270. Sabe-se também que os números apagados são distintos.

3				3	
$1^a$	$2^a$	$3^a$	$4^a$	$5^a$	$6^a$

A soma dos quatro números apagados é

- (A) 21
- (B) 29
- (C) 16
- (D) 26
- (E) 24

**17. FCC - 2022**

Um quadriculado  $2 \times 2$  é preenchido com números do conjunto  $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$ , sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos  $32 + 01 + 30 + 21 = 84$ .

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

**18. FCC - 2022**

Um museu decidiu, devido à pandemia, autorizar a entrada de apenas três pessoas por vez. Aguardando a entrada, o trio em que Ana estava era o sétimo trio contando do início da fila e era o quinto trio contando do final da fila. O número de pessoas que estavam na fila do museu era

- (A) 33
- (B) 30
- (C) 27
- (D) 36
- (E) 39

**19. FCC - 2022**

Considere ABC e DEF, dois números inteiros entre 100 e 999, formados pelos algarismos A, B, C e D, E e F. Os seis algarismos são distintos. Sabendo-se que  $D = 2C$ , o menor valor possível para a soma dos dois números é:

- (A) 597
- (B) 537
- (C) 546
- (D) 301
- (E) 447

**20. FCC - 2022**

Daniel lê 5 páginas, por dia, de um livro, exceto sábado e domingo, em que ele lê 20 e 25 páginas, respectivamente. Daniel começa a ler um livro de 350 páginas em um domingo. O número de dias consecutivos que Daniel levará para ler todo o livro é

- (A) 35.
- (B) 28.
- (C) 30.
- (D) 32.
- (E) 40.

**21. FCC - 2022**

O técnico deverá escolher 11 dentre 14 jogadoras para iniciar uma partida de futebol feminino. No vestiário há apenas meninas com 18, 19, 20, 21 e 22 anos. O número de meninas com 18 e com 20 anos é o mesmo e o número daquelas que têm 19 anos é 3 vezes o número das com 18 anos. Existem 3 meninas de 21 anos e só uma delas irá jogar. Uma das que tem 18 anos está machucada e não vai jogar e a única jogadora que tem 22 anos também é a única goleira.

# NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

## 1.(2025)

De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, a atuação estratégica dos órgãos do Poder Judiciário em ações judiciais ambientais deve priorizar:

- (A) O princípio da economicidade.
- (B) A celeridade processual.
- (C) A proteção dos direitos intergeracionais ao meio ambiente.
- (D) A primazia do interesse privado sobre o público.
- (E) A redução dos custos operacionais do Judiciário.

## 2.(2025)

A Resolução CNJ nº 550/2024 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS). Esse documento deve ser publicado e encaminhado ao CNJ até qual data do ano subsequente?

- (A) 31 de dezembro.
- (B) 30 de abril.
- (C) 28 de fevereiro.
- (D) 1º de julho.
- (E) 31 de janeiro.

## 3.(2025)

No que se refere à diversidade, inclusão social e equidade, a Resolução CNJ nº 550/2024 determina que os órgãos do Poder Judiciário devem:

- (A) Criar regras próprias sem necessidade de observar normativos do CNJ.
- (B) Atuar apenas em casos de demandas judiciais específicas sobre o tema.
- (C) Seguir os normativos específicos do CNJ que tratam dessas temáticas.
- (D) Priorizar apenas a equidade de gênero, excluindo outras questões.
- (E) Implementar medidas voluntárias sem necessidade de regulamentação.

## 4.(2025)

Sobre os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), a Resolução CNJ nº 550/2024 prevê que:

- (A) Cada órgão selecionará os indicadores sem necessidade de seguir diretrizes mínimas.
- (B) Os indicadores servirão para avaliar o desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural.
- (C) Somente os Tribunais Superiores precisarão monitorar os indicadores de desempenho.
- (D) A coleta de dados será realizada exclusivamente pelo CNJ, sem necessidade de participação dos órgãos.
- (E) Os indicadores não precisam ser divulgados ao público.

## 5.(2025)

O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, conforme a Resolução CNJ nº 550/2024, é elaborado por qual órgão?

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).
- (D) Tribunal de Contas da União.
- (E) Procuradoria-Geral da República.

## 6.(2025)

Qual é o principal objetivo do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, de acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024?

- (A) Promover a transparência e eficiência dos gastos públicos relacionados à sustentabilidade.
- (B) Substituir todos os relatórios financeiros dos tribunais.
- (C) Reduzir a quantidade de servidores públicos.
- (D) Criar um ranking competitivo entre os tribunais.
- (E) Monitorar apenas o consumo de energia elétrica no Judiciário.

**7.(2025)**

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), previsto na Resolução CNJ nº 550/2024, tem como principal função:

- (A) Avaliar o desempenho econômico dos tribunais.
- (B) Servir como ferramenta exclusiva para auditorias externas.
- (C) Calcular o resultado combinado de várias dimensões da sustentabilidade no Judiciário.
- (D) Monitorar apenas a redução de gastos com papel.
- (E) Determinar sanções para órgãos que não cumprirem metas ambientais.

**8.(2025)**

Conforme a Resolução CNJ nº 550/2024, o Plano de Ações do PLS de cada órgão deve conter, no mínimo:

- (A) Somente metas de redução de consumo de energia.
- (B) Informações sobre unidades e áreas envolvidas na implementação e monitoramento.
- (C) Apenas ações relacionadas à gestão de resíduos sólidos.
- (D) Um planejamento detalhado sobre todas as contratações do órgão.
- (E) Estratégias de marketing institucional sobre sustentabilidade.

**9.(2025)**

A Resolução CNJ nº 550/2024 estabelece que os órgãos do Judiciário devem implementar um plano de compensação ambiental até:

- (A) 2025.
- (B) 2030.
- (C) 2040.
- (D) 2050.
- (E) Não há prazo definido.

**10.(2025)**

No âmbito do PLS, os órgãos do Judiciário devem monitorar seus indicadores de desempenho e metas com que periodicidade?

- (A) Apenas quando solicitados pelo CNJ.
- (B) A cada cinco anos.
- (C) No mínimo uma vez ao ano.
- (D) Mensalmente, sem exceções.
- (E) Somente quando houver risco de descumprimento de metas.

**11.(2025)**

O relatório de desempenho do PLS deve conter, além da consolidação dos resultados anuais:

- (A) A lista de servidores responsáveis por cada meta.
- (B) A análise dos indicadores e a evolução anual dos resultados.
- (C) Um plano de ações sigiloso para ajustes internos.
- (D) Apenas as metas alcançadas, sem dados sobre desafios.
- (E) Um ranking de desempenho entre tribunais.

**12.(2025)**

A mitigação das emissões de gases de efeito estufa no Poder Judiciário deve ser alcançada por meio de:

- (A) Incentivo ao uso de papel reciclado.
- (B) Eliminação completa do uso de energia elétrica.
- (C) Medidas de redução, compensação e monitoramento contínuo.
- (D) Substituição de servidores por sistemas automatizados.
- (E) Exclusiva adoção de energia solar em todos os tribunais.

**13.(2025)**

A equidade e diversidade no Judiciário, segundo a Resolução CNJ nº 550/2024, devem ser promovidas por meio de:

- (A) Políticas afirmativas não discriminatórias.
- (B) Exclusão de critérios de diversidade nos processos seletivos.
- (C) Fim das políticas de inclusão nos órgãos públicos.
- (D) Programas de capacitação apenas para magistrados.
- (E) Divulgação obrigatória de dados individuais dos servidores.

**14.(2025)**

Para garantir a padronização dos dados de sustentabilidade no Judiciário, a Resolução CNJ nº 550/2024 determina que:

- (A) Os órgãos devem preencher as informações no PLS-Jud.
- (B) Cada tribunal deve criar seu próprio sistema de monitoramento.
- (C) Os dados sejam divulgados apenas internamente.

- (D) A coleta seja feita manualmente, sem automação.
- (E) Somente tribunais superiores tenham obrigação de reportar dados.

**15.(2025)**

De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, o monitoramento do consumo de energia elétrica pelos órgãos do Poder Judiciário deve considerar:

- (A) Apenas a quantidade total consumida, sem comparações.
- (B) O consumo total e a relação com a área total do órgão.
- (C) Somente os edifícios próprios, excluindo unidades alugadas.
- (D) A avaliação do consumo apenas em unidades administrativas.
- (E) A comparação exclusiva com o ano anterior, sem outras métricas.

**16.(2025)**

A Resolução CNJ nº 550/2024 prevê que os órgãos do Judiciário podem utilizar fontes alternativas de energia. São exemplos dessas fontes, exceto:

- (A) Energia solar.
- (B) Energia eólica.
- (C) Energia maremotriz.
- (D) Energia nuclear.
- (E) Energia geotérmica.

**17.(2025)**

Os relatórios de desempenho do PLS devem ser encaminhados ao CNJ por meio de qual sistema eletrônico?

- (A) SEI (Sistema Eletrônico de Informações).
- (B) PJe (Processo Judicial Eletrônico).
- (C) PLS-Jud.
- (D) Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas).
- (E) E-Social.

**18.(2025)**

O plano de compensação ambiental dos órgãos do Judiciário deve ter como objetivo:

- (A) Substituir completamente o uso de papel nos tribunais.
- (B) Compensar as emissões de gases de efeito estufa até 2030.
- (C) Implementar a energia solar como única fonte energética.

- (D) Criar relatórios trimestrais de impacto ambiental.
- (E) Limitar o número de servidores para reduzir o consumo de recursos.

**19.(2025)**

A Resolução CNJ nº 550/2024 determina que a alimentação dos dados no PLS-Jud deve ser realizada:

- (A) Apenas pelo CNJ.
- (B) Pelo responsável designado por cada órgão, garantindo a confiabilidade dos dados.
- (C) De forma automática, sem necessidade de supervisão.
- (D) Pelos tribunais superiores, excluindo tribunais regionais e estaduais.
- (E) Apenas quando houver solicitação de auditoria.

**20.(2025)**

Em relação ao levantamento das emissões de gases de efeito estufa pelos órgãos do Judiciário, a Resolução CNJ nº 550/2024 estabelece que:

- (A) O levantamento é facultativo e depende do interesse do órgão.
- (B) Deve ser realizado previamente à implementação do plano de compensação ambiental.
- (C) Apenas tribunais de grande porte devem fazer esse levantamento.
- (D) O cálculo das emissões será feito exclusivamente pelo CNJ.
- (E) O levantamento ocorre somente em unidades que utilizam combustíveis fósseis.

**21.(2025)**

O relatório de desempenho do PLS deve conter a evolução anual dos indicadores ao longo do ciclo de execução do plano. Esse relatório deve ser publicado no:

- (A) Diário Oficial da União.
- (B) Portal do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário.
- (D) Relatório de Gestão Fiscal da União.
- (E) Portal da Transparência do Governo Federal.

**22.(2025)**

De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, o levantamento dos indicadores de desempenho do PLS deve ser avaliado pela Comissão Gestora do PLS, no mínimo:

- (A) Uma vez ao ano.
- (B) A cada cinco anos.
- (C) Somente quando houver determinação do CNJ.
- (D) A cada seis meses, obrigatoriamente.
- (E) Quando houver indícios de irregularidades.

**23.(2025)**

De acordo com a Resolução Administrativa nº 11/2022, qual é o principal objetivo do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região?

- (A) Definir penalidades para os servidores que cometerem infrações disciplinares.
- (B) Regulamentar a atuação do Subcomitê de Ética no âmbito do Tribunal.
- (C) Estabelecer princípios e normas de conduta ética para os servidores do Tribunal.
- (D) Substituir todas as normas disciplinares aplicáveis aos servidores do Tribunal.
- (E) Reforçar a necessidade de sigilo em todos os atos administrativos.

**24.(2025)**

Segundo o Código de Ética, a publicidade dos atos administrativos é considerada um requisito de eficácia e moralidade. No entanto, sua inobservância pode configurar:

- (A) Simples irregularidade administrativa.
- (B) Erro formal sanável.
- (C) Falta grave passível de demissão.
- (D) Desvio ético.
- (E) Ato nulo de pleno direito.

**25.(2025)**

Sobre os princípios fundamentais previstos no Código de Ética, é correto afirmar que:

- (A) O princípio da equidade determina que todos devem ser tratados de forma igualitária, independentemente de circunstâncias específicas.
- (B) A inovação, como princípio fundamental, incentiva a apresentação de ideias novas para aperfeiçoamento dos serviços.

(C) A neutralidade político-partidária é obrigatória apenas para servidores ocupantes de cargos de confiança.

(D) A eficácia dos serviços públicos se sobrepõe a princípios como moralidade e impessoalidade.

(E) O sigilo profissional é relativo e pode ser ignorado quando há interesse público envolvido.

**26.(2025)**

De acordo com o Código de Ética, é vedado ao servidor:

- (A) Trabalhar em regime de teletrabalho sem autorização da chefia.
- (B) Realizar cursos de aperfeiçoamento sem autorização prévia do Tribunal.
- (C) Manifestar-se sobre temas institucionais, ainda que sua opinião não afete sua imparcialidade.
- (D) Usar do cargo ou função para obter vantagens indevidas para si ou terceiros.
- (E) Apresentar sugestões para a modernização do Código de Ética.

**27.(2025)**

O Código de Ética estabelece que os servidores devem apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas. Essa norma tem como objetivo:

- (A) Garantir que o servidor esteja sempre identificado visualmente.
- (B) Manter a imagem institucional e a neutralidade profissional.
- (C) Criar um padrão obrigatório de uniforme para todos os servidores.
- (D) Reduzir a informalidade no ambiente de trabalho, sem exceções.
- (E) Evitar que servidores expressem sua identidade pessoal por meio do vestuário.

**28.(2025)**

O servidor que tomar conhecimento de qualquer ato contrário ao interesse público, prejudicial ao Tribunal ou à sua missão institucional deve:

- (A) Permanecer em silêncio para não comprometer a harmonia no ambiente de trabalho.
- (B) Informar imediatamente a chefia competente.
- (C) Denunciar diretamente ao Ministério Público.
- (D) Solicitar orientação ao Subcomitê de Ética antes de tomar qualquer atitude.
- (E) Aguardar a instauração de sindicância para se manifestar.

# NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

## 1. FCC - 2021

A pesquisa genética foi regulamentada pela Lei Federal no 11.105/2005, a qual foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado (ADPF 3510). No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a proteção aos recursos genéticos está prevista nos seguintes documentos:

(A) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

(B) Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

(C) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

(D) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.

(E) Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção sobre a Diversidade Biológica.

## 2. FCC - 2024

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no exercício desses direitos, em um prazo de:

(A) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.

(B) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.

(C) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.

(D) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.

(E) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.

## 3. FCC - 2024

Em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança,

(A) os Estados Partes devem reconhecer que a adoção efetuada em outro país pode ser considerada como um meio alternativo para os cuidados da criança, apenas quando a mesma não puder ser colocada em um lar de adoção.

(B) os Estados Partes devem adotar medidas adequadas para assegurar que a criança que tenta obter a condição de refugiada, ou que seja considerada refugiada, de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, apenas se estiver sozinha, desacompanhada de seus pais ou de qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas para que possa usufruir dos direitos enunciados na referida Convenção.

(C) os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas em função da idade e da maturidade da criança, sendo que, para tanto, diferentemente do que ocorre com relação aos processos administrativos, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

(D) os Estados Partes reconhecem que uma criança que tenha sido internada em um estabelecimento pelas autoridades competentes para fins de atendimento, proteção ou tratamento de saúde física ou mental, tem direito a um exame periódico de avaliação do tratamento ao qual está sendo submetida e de todos os demais aspectos relativos à sua internação.

(E) crianças privadas do convívio familiar ou que, em seu próprio interesse, não devam permanecer no ambiente familiar terão direito à proteção e assistência especiais do Estado, salvo se essa privação for temporária.

#### 4. FCC - 2022

O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, de forma expressa,

(A) define prostituição infantil como a atividade de submeter, induzir ou atrair a criança, bem como facilitar seu acesso ou impedir que o abandone, a qualquer prática que explore sua sexualidade visando gratificação sexual própria ou de terceiros, ainda que não envolva diretamente remuneração ou qualquer outra forma de compensação.

(B) dispõe que será considerado, entre outros, delito passível de extradição em qualquer tratado de extradição existente entre os Estados-Partes, a indução indevida ao consentimento, na qualidade de intermediário, para adoção de uma criança em violação dos instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis sobre adoção.

(C) vincula os Estados-Partes a adotar medidas apropriadas para proteger os direitos e interesses de crianças vítimas, em particular criando polícias especializadas cuja atividade, sempre que necessária, se dará em regime de cooperação com forças-tarefas internacionais de combate a redes globais de exploração e tráfico de crianças.

(D) insta seus signatários a promover, por meio da criminalização de condutas e da promoção permanente de campanhas de esclarecimento, entre outras ações, o combate a práticas sociais e modelos de interação educativa entre pais e filhos que favoreçam a objetificação de crianças assim como qualquer forma de mercantilização de seus corpos.

(E) propõe, em todos os níveis do processo de educação, a abordagem transversal dos temas objetos do Protocolo, de modo a fomentar na criança, desde pequena, habilidades de autoproteção e facultar-lhe, por meio de serviço especializado, a veiculação direta das denúncias com garantia da preservação de sua identidade.

#### 5. FCC - 2021

Dentre os tratados de proteção de direitos humanos, a Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças é aquela que goza do maior número de ratificações. Desse modo, considere as assertivas abaixo.

I. A realização de comunicações interestatais e o recebimento de denúncias individuais pelo Comitê sobre Direitos das Crianças foi objeto do último Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças aprovado.

II. A prostituição e a pornografia infantis foram, em conjunto com a venda de crianças para quaisquer fins, objetos de um mesmo Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças.

III. A idade mínima de envolvimento de crianças em conflitos armados está prevista no texto da Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças, sendo objeto de declaração facultativa pelo Estado.

**IV.** O primeiro Protocolo Facultativo à Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças se voltou à idade mínima para a responsabilização penal, sem prejuízo do sistema de responsabilização juvenil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.

**6. FCC - 2021**

Segundo o art. 5º da *Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes respeitarão as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou onde for o caso, dos membros da família ampliada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis, de proporcionar à criança instrução e orientação adequadas e acordes com a evolução de sua capacidade no exercício dos direitos reconhecidos na presente convenção.* Tal dispositivo consagra o princípio da

- (A) matricialidade familiar.
- (B) formação cidadã.
- (C) responsabilidade parental ampliada.
- (D) autonomia progressiva.
- (E) autoridade parental participativa.

**7. FCC - 2022**

Ao comparar a tipificação do crime de desaparecimento forçado de pessoas na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CIDF) com o estabelecido sobre o mesmo assunto pelo Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional (ERTPI), conclui-se que

- (A) no ERTPI, a privação de liberdade da vítima, elemento constitutivo do desaparecimento forçado, é prevista como detenção, prisão ou sequestro de pessoas, ao passo que, no âmbito da CIDF, é tratado de maneira mais ampla, em qualquer de suas formas.
- (B) o ERTPI atribui o crime somente ao Estado e seus cúmplices, ao passo que, na CIDF, o crime pode ser praticado tanto por organizações políticas, quanto pelo Estado ou por grupos irregulares, desde que com sua autorização, apoio ou aquiescência.

(C) na CIDF, a conduta incriminadora de privar da liberdade, mediante prisão, detenção ou sequestro, deve ser parte de um ataque generalizado ou sistemático à população civil, enquanto que, para o ERTPI, deverá se dar contra uma pessoa ou grupo de pessoas.

(D) a intenção de deixar as vítimas fora do amparo da lei por um período prolongado é requisito para caracterização do desaparecimento forçado no ERTPI, mas tal elemento não é essencial para caracterização do mesmo crime no âmbito da CIDF.

(E) segundo o ERTPI, a caracterização do desaparecimento forçado depende de recusa dolosa específica do agente estatal em reconhecer a privação de liberdade ou a morte das vítimas, ao passo que, na CIDF, a falta de informações oficiais sobre as vítimas pode advir de mera negligência do Estado em não garantir transparência nas ações daqueles que agem em seu nome.

**8. FCC - 2021**

A respeito dos tipos de crimes contra a humanidade expressos no Estatuto de Roma, entende-se por (A) “extermínio” o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas.

(B) “escravidão” a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional, por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa.

(C) “tortura” a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população.

(D) “deportação” o deslocamento forçado de pessoas, através da expulsão ou outro ato coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido no direito internacional.

(E) “gravidez à força” o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma mulher que esteja sob a custódia ou o controle do Estado.

**9. FCC - 2021**

O Tribunal Penal Internacional

(A) foi criado pela Convenção de Haia e tem atuação complementar em relação às jurisdições penais nacionais.

(B) não integra o sistema da Organização das Nações Unidas e tem como competência julgar crimes de guerra.

(C) poderá autorizar, em casos excepcionais, a intervenção em conflitos armados para cessar a prática de genocídio.

(D) não sancionará estados ou empresas, limitando sua jurisdição a indivíduos e grupos por eles organizados para prática sistemática de crimes.

(E) contará com instalações próprias destinadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade que aplicar.

**10. FCC - 2021**

A definição e o conceito do crime contra a humanidade estão detalhadamente previstos

(A) na Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

(B) na Convenção para a Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio.

(C) na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

(D) no Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional.

(E) na Convenção Internacional para a Prevenção dos Crimes contra a Humanidade.

**11. FCC - 2023**

Considere os seguintes textos:

[...] *Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.*

(HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re) invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] *Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.*

[...] *Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.*

(KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é **correto** afirmar:

(A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.

(B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.

(C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.

(D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.

(E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

**12. FCC - 2022**

O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

(A) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.

(B) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.

(C) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## 1. FCC - 2022

Trabalhando em condições normais de funcionamento e configuração de rede de comunicação, um Assistente percebeu que não podia acessar do computador de sua casa, pela internet, algumas páginas exclusivas do órgão público em que trabalha, por serem propositalmente bloqueadas para uso externo (acesso que ele normalmente realiza quando utiliza os computadores do órgão público). Por questões de política organizacional, essa exclusividade se deve ao fato de a organização limitar o acesso a estas páginas

- (A) ao público não funcionário da organização.
- (B) a quem tem computador do tipo servidor de arquivos.
- (C) à intranet corporativa.
- (D) aos modems com wi-fi corporativo.
- (E) aos diretores da organização.

## 2. FCC - 2022

Ao instalar meios físicos de transmissão de dados na sua organização, um Técnico levantou as características corretas de alguns deles, como

- (A) cabo coaxial PLC, com banda até 200 MHz.km.
- (B) fibra óptica multimodo degrau, com banda até 200 GHz.km.
- (C) led multimodo gradual, com banda até 500 GHz.km.
- (D) cabo blueband PFC, com banda até 1 MHz.km.
- (E) fibra óptica monomodo, com banda até 100 GHz.km.

## 3. FCC - 2024

Buscando agilidade no uso dos navegadores web como Google Chrome e Firefox, instalados e funcionando em condições ideais, uma servidora pública pressionou a combinação de teclas Ctrl + J para

- (A) abrir a página de *downloads*.
- (B) abrir a ferramenta de busca na página.
- (C) abrir uma nova aba em branco.
- (D) adicionar a página atual aos favoritos.
- (E) alternar para a próxima aba.

## 4. FCC - 2023

Em condições ideais, para buscar na internet, usando o mecanismo de busca do Google Chrome, as ocorrências da expressão gás natural, exclusivamente no site *novo.copergas.com.br*, utiliza-se a instrução

- (A) *insite:novo.copergas.com.br gás natural*
- (B) *site:novo.copergas.com.br content:gás natural*
- (C) *insite:novo.copergas.com.br "gás natural"*
- (D) *domain[novo.copergas.com.br] content[gás natural]*
- (E) *site:novo.copergas.com.br "gás natural"*

## 5. FCC - 2023

Utilizando o navegador Google Chrome, aberto e funcionando em condições ideais, um Analista selecionou a opção *Nova Janela anônima*, e, na sequência, clicou em *Saiba mais* para entender como o modo de navegação anônima funciona para proteger a sua privacidade, descobrindo que

- (A) evita que suas atividades fiquem anônimas para seu empregador ou seu provedor de serviços.
- (B) sempre que fechar todas as janelas anônimas, o Chrome descartará todos os dados e cookies de sites associados à sessão de navegação.
- (C) seus dados de atividades não são salvos no seu dispositivo, mas apenas em Contas do Google.
- (D) sua atividade ou localização ficam invisíveis para os sites visitados.
- (E) evita que os sites que ele visita veiculem anúncios com base na sua atividade durante uma sessão anônima.

## 6. FCC - 2022

Um Assistente quer navegar no Google Chrome, porém não quer deixar registrado o histórico de navegação, cookies e informações eventualmente informadas em formulários.

Para isto ele deve clicar

- (A) no corpo da página e escolher *Não exibir código fonte da página*.

(B) no corpo da página com o botão direito do mouse e escolher *Navegar anonimamente*.

(C) nos três pontos verticais no canto superior direito do navegador e escolher *Navegar sem rastros*.

(D) no corpo da página com o botão direito do mouse e escolher *Sigilo de navegação*.

(E) nos três pontos verticais no canto superior direito do navegador e escolher *Nova janela anônima*.

### 7. FCC - 2022

Usando o Google Chrome e o mecanismo de busca da Google, um bombeiro deseja localizar somente as páginas do site bombeiros.portal.ap.gov.br que contenham no texto a palavra incêndio. Para isso deve utilizar no campo de busca a instrução

(A) insite:bombeiros.portal.ap.gov.br intext:incêndio

(B) uri:bombeiros.portal.ap.gov.br inbody:incêndio

(C) bombeiros.portal.ap.gov.br:"incêndio"

(D) site:bombeiros.portal.ap.gov.br intext:incêndio

(E) url:bombeiros.portal.ap.gov.br intext:incêndio

### 8. FCC - 2020

Um Assistente de Informática está utilizando um computador que será formatado e reinstalado. Para não perder os sites favoritos (bookmarks) gravados no navegador Google Chrome versão 77 de 64 bits, exportou estes favoritos para um arquivo em um pen drive. Após o computador ser formatado e reinstalado, o Assistente de Informática abriu o navegador e, para importar as configurações de favoritos que haviam sido gravadas no arquivo do pen drive, clicou corretamente

(A) na opção "Personalizar e Controlar o Google Chrome", "Favoritos", "Importar favoritos", selecionou "Do arquivo", clicou no botão "Escolher Arquivo", selecionou o arquivo do pen drive, clicou no botão "Importar" e no botão "OK".

(B) no menu "Ferramentas", "Opções", "Importar Favoritos", selecionou o arquivo do pen drive e clicou no botão "OK".

(C) no menu "Arquivo", "Importar Favoritos", selecionou o arquivo do *pen drive*, clicou no botão "Importar" e depois no botão "OK".

(D) na opção "Personalizar e Controlar o Google Chrome", "Favoritos", "Importar favoritos e configurações...", selecionou "Arquivo HTML com favoritos", clicou no botão "Escolher Arquivo", selecionou o arquivo do pen drive, clicou no botão "Abrir" e no botão "Concluído".

(E) com o botão direito do mouse na barra de favoritos, selecionou "Importar favoritos e configurações...", clicou na opção "Do arquivo", selecionou o arquivo a ser importado no pen drive e clicou no botão "Importar".

### 9. FCC - 2022

O navegador Microsoft Edge

(A) é o navegador padrão para todos os dispositivos que utilizam o sistema operacional Windows, desde a versão 8 até a versão 10, a mais atual.

(B) não oferece suporte a controles ActiveX. Caso uma pessoa esteja executando aplicativos web que usam esses controles, o mais adequado é continuar executando-os no Internet Explorer 11.

(C) é sempre atualizado. Para saber a versão do Microsoft Edge, em português, basta clicar no ícone ... no canto superior direito e clicar na última opção do menu que se abre, denominada Versão Atual do Microsoft Edge.

(D) suporta o Adobe Flash como um recurso integrado apenas em máquinas que trabalham com a versão atualizada em 2022, a versão 22W2 do sistema operacional Windows 10.

(E) continuará sendo o navegador padrão da versão 11 do sistema operacional Windows, a ser lançada em 2022.

### 10. FCC - 2023

Os navegadores de web ainda são a principal maneira pela qual boa parte dos usuários acessar a internet. Eles são a porta de entrada (gateways) para usar sites, serviços online, aplicativos web etc. Atualmente, há vários concorrentes, após medidas judiciais nos EUA, no ano de 2001, para impedir o monopólio no fornecimento de web browsers. Até aquele momento, a disputa pelo domínio desse mercado se dava entre os navegadores:

(A) Tor Browser e Safari.

(B) Chromium Brave e Baidoo Browser.

(C) Chrome e Edge.

(D) Opera e Firefox.

(E) Internet Explorar e Netscape Navigator.

**11. FCC - 2022**

Um Professor adicionou uma extensão ao seu navegador para ter acesso a uma funcionalidade que precisava, mas que o navegador não fornecia nativamente. Com relação às extensões, uma recomendação **correta** de segurança é

- (A) instalar muitas extensões, pois elas melhoram a performance do navegador e estendem funcionalidades de segurança que não são nativas.
- (B) instalar extensões de lojas oficiais ou de terceiros, pois elas passam por análises nas quais especialistas de segurança filtram aquelas que são maliciosas.
- (C) prestar atenção às permissões que as extensões exigem, ou seja, se uma extensão já instalada pedir uma nova permissão isso pode ser um sinal de que tal extensão pode representar risco.
- (D) instalá-las no modo de segurança intensiva, de forma que elas sejam proibidas de coletar muitos dados sobre os usuários.
- (E) instalar um Virtual Private Server (VPS), que pode detectar e neutralizar códigos maliciosos em extensões de navegadores.

**12. FCC - 2022**

Em um computador com o sistema operacional Windows 10, em português, funcionando em condições ideais, um Fiscal de Serviços Públicos pressionou a combinação de teclas Ctrl + P ao navegar na Internet utilizando os principais browsers (como Chrome e Firefox). Tal ação

- (A) fechou a aba ativa do navegador sem pedir confirmação.
- (B) congelou a página momentaneamente, ou seja, provocou uma pausa na navegação.
- (C) abriu a janela por onde será possível imprimir a página.
- (D) mostrou uma janela perguntando se o usuário desejava fechar a aba ativa do navegador.
- (E) imprimiu a página diretamente, não solicitando confirmação ou ação extra do usuário.

**13. FCC - 2022**

Ao se criar uma nova mensagem de e-mail, geralmente aparecem no cabeçalho os campos "Para", "Cc", "Cco" e "Assunto". O endereço de e-mail de um destinatário indicado no campo "Cc"

- (A) não será visualizado pelos destinatários indicados no campo "Para", devidamente preenchido.
- (B) receberá a mensagem, mas não os arquivos anexos a ela, caso existam.
- (C) não será visualizado pelos destinatários indicados no campo "Cco".
- (D) ficará oculto e nenhum dos demais destinatários saberão que este recebeu a mensagem.
- (E) receberá uma cópia da mensagem, idêntica aos destinatários indicados no campo "Para", devidamente preenchido.

**14. FCC - 2020**

Anexar um arquivo usando o Outlook 2010 é possível e

- (A) basta clicar no botão Anexar, a qualquer momento, que será aberta uma janela para escolha do arquivo a ser anexado.
- (B) é necessário que o destinatário conceda autorização prévia para que o arquivo a ser remetido seja enviado pelo e-mail.
- (C) funciona apenas quando se está em um e somente um dos modos: Criação de mensagem ou Responder.
- (D) é necessário estar em um dos modos: Criação de mensagem, Responder, Responder a Todos ou Encaminhar.
- (E) basta estar no modo de criação de *e-mail* e clicar no botão Inserir documento.

**15. FCC - 2021**

Utilizando o Microsoft Outlook 365, um técnico pretende personalizar o modo de exibição atual das mensagens tais como agrupar, filtrar e/ou remover campos.

Para isso ele acessou primeiramente o menu

- (A) Customizar.
- (B) Arquivo.
- (C) Enviar/Receber.
- (D) Configurar.
- (E) Exibir.

**16. FCC - 2021**

No Microsoft Outlook 365, um técnico pretende personalizar o modo de exibição atual das mensagens tais como agrupar, filtrar e/ou remover campos. Para isso ele acessou primeiramente o menu

- (A) o uso de Botões de Votação está disponível no menu Formatar Texto, de um Novo E-mail.
- (B) é possível armazenar uma assinatura na nuvem e utilizá-la em quaisquer dispositivos em que usar o Outlook.
- (C) é possível usar a função Contar Palavras a partir do menu Opções, de um Novo E-mail.
- (D) a criptografia de mensagens em um Novo E-mail é disponibilizada no menu Revisão.
- (E) as assinaturas compartilhadas entre dispositivos que usam o Outlook devem estar configuradas no formato psc.

**17. FCC - 2022**

No navegador Google Chrome, no campo de busca da página da Google, para buscar pela palavra Amazonas em sites .gov utiliza-se a instrução de busca (dork)

- (A) inuri:.gov "Amazonas"
- (B) site:.gov "Amazonas"
- (C) inurl:[site].gov "Amazonas"
- (D) intext:.gov.\* "Amazonas"
- (E) [~site][.]gov "Amazonas"

**18. FCC - 2021**

Considere hipoteticamente que a Manaus Previdência realizou as seguintes pesquisas na ferramenta de busca Google:

I. site:https://manausprevidencia.manaus.am.gov.br/beneficios

II. manausprev/agendamento-amazonprev

III. filetype:pdf legislaçãoprevidenciária.pdf  
É correto afirmar que em

- (A) I, o Google vai exibir resultados de conteúdos contidos apenas na aba denominada benefícios do site indicado.
- (B) II, o Google vai exibir somente agendamentos associados à amazonprev nos resultados.
- (C) III, o Google vai exibir somente resultados em que arquivos denominados legislaçãoprevidenciária.pdf existam.
- (D) II, o Google vai excluir o que se refere à amazonprev dos resultados.
- (E) III, o Google vai exibir somente resultados em que arquivos denominados legislaçãoprevidenciária.pdf existam.

**19. FCC - 2024**

Tendo uma planilha Google já salva no Google Drive, uma das formas de compartilhá-la sem permitir a edição de outras pessoas é: clicar com o botão direito do mouse sobre ela, escolher Compartilhar, depois escolher novamente Compartilhar; na janela exibida, adicionar os e-mails dos participantes e:

- (A) no Acesso Geral, escolher Não Permitir Edição e clicar em Concluído.
- (B) no Acesso Restrito, escolher Todos os Participantes e clicar em "Sim".
- (C) em Permitir Edição, escolher Acesso Restrito e clicar em "Sim".
- (D) no Acesso Geral, escolher Restrito e clicar em Concluído.
- (E) em Permitir Edição, clicar em "Não".

**20. FCC - 2024**

Uma servidora pública estão gerenciando um projeto utilizando o Google Drive, em português, e organizou todos os documentos em uma pasta compartilhada. Para configurar as permissões da pasta corretamente para que todos os membros da equipe possam adicionar e editar arquivos, ela deverá configurar as permissões da pasta para

- (A) "Restrito".
- (B) "Compartilhamento".
- (C) "Visualização".
- (D) "Comentário".
- (E) "Edição".

**21. FCC - 2024**

Um gestor está trabalhando em um documento importante e quer garantir que todas as alterações feitas por sua equipe sejam revisadas antes de serem aprovadas. À ferramenta do Google Documentos que o gestor deve usar para que as alterações feitas pela equipe apareçam como sugestões, permitindo que ele aprove ou rejeite cada uma, é:

- (A) Comentários.
- (B) Configurações de Compartilhamento.
- (C) Modo de Sugestão.
- (D) Modo de Edição.
- (E) Histórico de Versões.

## 1. FCC - 2024

O regime jurídico administrativo reúne um conjunto de normas e princípios que disciplinam prerrogativas e obrigações para a Administração Pública, no exercício regular de suas funções, contemplando

(A) a possibilidade de alteração unilateral de contratos, mediante reequilíbrio econômico-financeiro nos casos em que operar desequilíbrio da equação financeira inicial do contrato.

(B) a ausência de dever de indenizar ou remunerar a contratada no caso de rescisão contratual por culpa da Administração.

(C) o dever de remunerar e ressarcir a contratada, no caso de rescisão contratual antecipada, independentemente de culpa, por todos os investimentos realizados.

(D) a faculdade de motivar seus atos, dada a presunção de sua atuação conforme a lei.

(E) o dever de autorizar as licenças e os afastamentos de seus servidores efetivos, mas não dos empregados celetistas.

## 2. FCC - 2024

A exigência de que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas pela boa-fé, lealdade e probidade representa o princípio da

(A) impessoalidade.

(B) eficiência.

(C) legalidade abstrata.

(D) moralidade.

(E) eficácia.

## 3. FCC - 2023

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

(A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.

(B) age licitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.

(C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.

(D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.

(E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

## 4. FCC - 2022

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

(A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.

(B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.

(C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.

(D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.

(E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

**5. FCC - 2021**

O direito do cidadão ao conhecimento de informações pessoais constante de banco de dados de entidade governamental, mediante habeas data, constitui expressão do(s) princípio(s) da

- (A) presunção de veracidade, incidente sobre informações e dados pessoais que os torna imutáveis a partir do seu tratamento por autoridade pública.
- (B) supremacia do interesse público, eis que o sigilo de bancos de dados oficiais somente pode ser afastado por ordem judicial.
- (C) publicidade, assegurando-se, ainda, o direito de solicitar a retificação de dados incorretos, se não preferir fazê-lo pela via administrativa.
- (D) presunção de legitimidade da conduta da Administração e sigilo de fonte, o que afasta a possibilidade da solicitação de divulgação e de retificação pela via administrativa.
- (E) publicidade, que assegura o direito à obtenção da informação, e supremacia do interesse público, que concede à Administração a prerrogativa de não efetuar retificações.

**6. FCC - 2021**

Determinada conduta dos gestores públicos está sendo questionada judicialmente, sob alegação de afronta ao princípio da proporcionalidade. Considerando o significado e alcance do referido princípio, constituirá fundamentação válida para acolhimento de tal impugnação se o ato em questão

- (A) importar qualquer gradação de limitação de expectativas de direito dos administrados, independentemente da finalidade pretendida.
- (B) não corresponder à conduta que seria esperada socialmente para a boa gestão da coisa pública.
- (C) não se adequar à forma prevista em lei, eis que referido princípio impede a prática de atos dotados de discricionariedade.
- (D) ensejar imposição de obrigações ou restrições superiores àquelas que seriam necessárias para o atingimento da finalidade pretendida.
- (E) não contar com autorização expressa, de caráter concreto e individualizado, em decreto do Chefe do Executivo.

**7. FCC - 2023**

Se a Administração Pública pratica ato administrativo cujos efeitos pretendidos são irrealizáveis, de fato ou de direito, como, por exemplo, quando concede licença para tratamento de saúde a servidor já falecido, tal ato

- (A) estará eivado de vício relativo ao motivo do ato.
- (B) não apresentará qualquer vício.
- (C) estará eivado de vício relativo à finalidade do ato.
- (D) estará eivado de vício relativo à forma do ato.
- (E) estará eivado de vício relativo ao objeto do ato.

**8. FCC - 2022**

Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a

- (A) competência e a autoexecutoriedade.
- (B) vinculação e a imperatividade.
- (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
- (D) data e o local.
- (E) competência e a finalidade.

**9. FCC - 2022**

A possibilidade de interdição de um estabelecimento por violação a normas sanitárias pelo poder público, independentemente de autorização judicial, decorre do atributo dos atos administrativos conhecido como

- (A) autoexecutoriedade.
- (B) eficiência.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) moralidade.

**10. FCC - 2021**

A presunção de legitimidade dos atos administrativos

- (A) impede que sejam objeto de controle externo, que, se exercido, caracterizaria indevida ingerência na escolha do administrador.
- (B) implica reconhecer que são conforme o direito, presunção que não admite prova em contrário.
- (C) é a qualidade de certos atos que se impõem aos seus destinatários independentemente da concordância destes.

(D) é a qualidade de certos atos de se impor ao seu destinatário independentemente de ação judicial.

(E) desobriga a Administração pública de realizar, em relação ao ato praticado, prova de sua legalidade, que, no entanto, admite prova em contrário, podendo ser afastada nas esferas judicial, administrativa ou perante o Tribunal de Contas.

### 11. FCC - 2023

Considere que determinado agente público tenha concedido autorização para um particular ocupar espaço público, montando um stand de divulgação de atividade supostamente de interesse público em área próxima a um centro administrativo. Posteriormente, verificou-se que aquele agente não detinha competência para a prática do referido ato, embora possível, em tese, a delegação, sendo o seu superior a autoridade competente para a concessão da autorização mediante avaliação de sua pertinência em face do interesse público envolvido. Considerando a situação posta, tem-se que o ato de autorização

(A) não poderá ser objeto de convalidação, eis que atos evitados de vício de competência não comportam saneamento, cabendo mitigação das sanções administrativas, caso presente boa-fé do particular.

(B) deverá ser convalidado pela autoridade competente, com base na teoria da aparência e na boa-fé objetiva do particular, afastando-se o exercício a posteriori da discricionariedade administrativa.

(C) não comporta convalidação, em razão de não ostentar natureza de ato vinculado, a qual somente seria possível caso se tratasse de licença e não mera autorização, mediante a comprovação dos requisitos formais para a sua concessão.

(D) é passível de convalidação pelo agente competente, não obstante seu caráter discricionário, caso ele conclua pela sua conveniência e oportunidade e não acarrete lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros.

(E) poderá ser objeto de convalidação, porém apenas com efeitos ex nunc, ou seja, prospectivos, mediante ato de ratificação, afastando-se a aplicação de sanções ao particular que comprove que não concorreu para a prática do ato e desde que configurado erro escusável.

### 12. FCC - 2022

Considere que determinado agente público tenha concedido licença de instalação de empreendimento comercial, haja vista o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais necessários. Ocorre que, passados dois anos da concessão, restou evidenciado que o agente em questão não detinha competência para a concessão da licença, eis que, dado o porte do empreendimento, a licença deveria ter sido concedida por seu superior hierárquico, o qual somente delegou ao agente a competência em relação a empreendimentos de menor dimensão. O ato em questão

(A) poderá ser convalidado, mediante ratificação pela autoridade competente, desde que não cause prejuízo a terceiros ou lesão ao interesse público.

(B) encontra-se estabilizado, pela teoria da aparência, não podendo ser anulado ou revogado pela autoridade que detém a competência para sua prática.

(C) não poderá ser objeto de convalidação, eis que se trata de vício de competência, o que não impede que seja outorgada nova licença sem efeitos retroativos.

(D) deve ser objeto de revogação (cassação) pela autoridade que o praticou, podendo ser mantidos os efeitos até então produzidos caso comprovado erro escusável.

(E) é considerado inexistente, por vício de competência, somente produzindo efeitos em relação a terceiros de boa fé.

### 13. FCC - 2022

Quanto aos poderes administrativos é

(A) vinculado aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.

(B) de polícia aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.

(C) discricionário aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.

(D) vinculado aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.

(E) de polícia aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.

**14. FCC - 2024**

A atuação de um diretor de departamento, que distribui as tarefas na repartição e é responsável por comunicar á autoridade superior condutas adotadas por seus subordinados que não sejam condizentes com as normas da Lei nº 8.112/1990, demonstra, no que se refere à segunda atuação, a aplicação do poder

(A) disciplinar, apenas no que se refere à distribuição de tarefas internas, tendo em vista que a fiscalização e a comunicação sobre conduta de subordinados inserem-se no âmbito do poder hierárquico.

(B) disciplinar-regulamentar, tendo em vista que o agente público responsável para a aplicação de penalidade disciplinar edita ato de natureza normativa.

(C) hierárquico, que também permite a imposição de penalidades e obrigações a administrados em geral, em razão do poder geral de cautela da Administração Pública.

(D) disciplinar, também aplicável a pessoas sujeitas a custódia da Administração Pública, ainda que desprovidas de vínculo funcional.

(E) coercitivo, ínsito ao poder disciplinar, pois impõe a obrigação de cumprimento das determinações lançadas, inclusive materiais, independentemente de outros atos e providências.

**15. FCC - 2023**

O poder da Administração de aplicar punições aos agentes públicos que cometam Infrações funcionais é

(A) de polícia.

(B) vinculado.

(C) disciplinar.

(D) hierárquico.

(E) punitivo

**16. FCC - 2023**

No que concerne aos poderes da Administração, tem-se que o poder disciplinar

(A) atinge aqueles que possuem vínculo jurídico com a Administração, como, por exemplo, os que com ela contratam, não se restringindo aos servidores.

(B) constitui a prerrogativa de ordenar a ação dos agentes públicos, somente extravasando os limites da organização administrativa em caso de calamidade pública.

(C) incide apenas em face daqueles que possuam vínculo funcional com a Administração, constituindo derivação do poder hierárquico

(D) manifesta-se mediante atuação de caráter vinculado, não sendo sua aplicação in concreto dotada de qualquer traço de discricionariedade.

(E) atinge todos os administrados, sendo expressão de supremacia do interesse público e autorizando a aplicação de sanções nos limites fixados em lei.

**17. FCC - 2023**

A aplicação de sanções pela Administração àqueles que com ela celebrem contratos administrativos denota atuação com base

(A) na discricionariedade técnica, que contempla prerrogativas para assegurar a adequada prestação do serviço público, incluindo aplicação de penalidades.

(B) no poder regulamentar, que autoriza a imposição de obrigações legais derogatórias do regime privado.

(C) na supremacia do interesse público sobre o particular, exercida por meio do princípio da hierarquia.

(D) no exercício de poder de polícia, dotado de imperatividade e executoriedade e manifestado pela previsão de cláusulas exorbitantes.

(E) no poder disciplinar, cuja incidência não se restringe àqueles ligados à Administração por vínculos funcionais.

**18. FCC - 2022**

O Código Penal estabelece, em seu art. 320, o delito intitulado “condescendência criminosa”, configurando crime próprio de funcionário público. Tal tipificação diz respeito à omissão no exercício do poder

(A) disciplinar.

(B) discricionário.

(C) normativo.

(D) de polícia administrativa.

(E) regulamentar.